

Plano de Aula: A Revolta dos Malês (1835)

Autoras: Giovana Vicchione e Roberta Martinelli e Barbosa

Giovana Vicchione Mariz Sarmento, professora de História formada pela UFRJ e atriz graduada na Casa das Artes de Laranjeiras (CAL). Tem especialização em Ensino de História pelo Colégio Pedro II e Mestrado em Teatro pela UNIRIO. Atua em escolas da rede privada.

Roberta Martinelli e Barbosa, professora titular do Departamento de História do Colégio Pedro II/RJ e Doutora em História Social da Cultura pela PUC-RIO.

I - INÍCIO

Série: 8º ano do EF

Duração: 2 aulas, 45 min cada

Autoria: Roberta Martinelli e Barbosa, professora titular do Departamento de História do Colégio Pedro II/RJ e Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio

Habilidade BNCC: (EF08HI16): Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado; **(EF08HI19):** Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas; **(EF08HI20):** Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

Unidade temática: O Brasil no século XIX.

Objetos de conhecimento: O período regencial e as contestações ao poder central; o escravismo no Brasil do século XIX; revoltas de escravizados.

Objetivos específicos:

- Trabalhar a leitura e interpretação de fontes históricas.
- Compreender os motivos e o desenvolvimento da revolta.
- Compreender quem eram os (as) africanos (s) envolvidos (as) na revolta.
- Desenvolver a construção de uma narrativa coerente com base no conhecimento histórico.
- Estimular o trabalho em grupo e a escuta ativa entre os educandos.

Estratégias e Recursos:

- Leitura e interpretação de trechos documentais (disponível em anexo)

Metodologia

A atividade foi pensada para ser realizada no momento em que o professor esteja trabalhando o conteúdo curricular das rebeliões do período regencial no Brasil Império.

A proposta é que os educandos mobilizem o conhecimento aprendido na aula sobre a Revolta dos Malês (1835) para criar, de forma coletiva e improvisada, uma história verossímil sobre um personagem que teria vivido naquele contexto histórico. A dinâmica da atividade estimula os estudantes a se colocarem na perspectiva do "outro", no caso de um personagem histórico que teria participado da Revolta dos Malês, desenvolvendo a imaginação histórica e apropriando-se do conteúdo de forma criativa.

A metodologia usada é a dos jogos teatrais no processo de ensino-aprendizagem de História (Sarmiento, 2023). Inspirada nos jogos teatrais propostos pelos diretores Augusto Boal e Viola Spolin, essa metodologia objetiva teatralizar o ensino de História, transpondo as ferramentas do teatro para a etapa de sistematização do conteúdo. A criação de narrativas baseadas em contextos históricos é uma estratégia de ensino-aprendizagem interessante para o docente avaliar a forma pela qual os educandos relacionam e articulam as informações sobre um determinado tema. O jogo teatral possibilita instaurar uma outra dinâmica em sala de aula, na qual os educandos assumem um papel ativo na elaboração do seu conhecimento sobre o objeto de estudo, permitindo ao docente avaliar o que foi apreendido ou não. Além disso, estimula os educandos a exercitarem os conteúdos atitudinais (Zabala, 1998), uma vez que o jogo exige dos seus participantes: a escuta ativa, a atenção para que estejam em prontidão para “entrar na história” quando convocados, a colaboração, o expressar-se oralmente com coerência e espontaneidade, lidando com a timidez. Os jogos teatrais no contexto escolar contribuem para a descentralização do processo de ensino-aprendizagem ao propor uma forma de aproximação do conteúdo de estudo baseado na brincadeira, e uma nova dinâmica de integração entre o grupo de educandos e destes com o docente na sala de aula. (Zabala, 1988, p. 40)

ROTEIRO

Esta atividade organiza-se em três momentos. O primeiro corresponde a um tempo de aula de 45 minutos, no qual o professor, a partir da análise conjunta com os estudantes de um texto de cordel sobre Luiza Mahin e de fontes iconográficas (disponíveis no plano de aula completo), conduzirá uma reflexão sobre a figura de Luiza Mahin, associada à Revolta dos Malês, bem como sobre as características sócio-culturais e do mundo do trabalho na cidade de Salvador no contexto da revolta. Em seguida, os estudantes, reunidos em grupos, receberão um conjunto de documentos (**Material 1**) relacionados à Revolta dos Malês, para que realizem um exercício de leitura, interpretação e síntese das passagens documentais. As principais informações deverão ser anotadas pelos estudantes em uma **folha (Material 2)**, que contém um quadro síntese.

No segundo tempo de aula de 45 minutos, o docente iniciará o segundo momento da atividade que deverá durar em torno de 10 a 15 minutos. Os estudantes ainda reunidos nos mesmos grupos de trabalho deverão criar uma história verossímil de um personagem que teria vivido no contexto histórico da Revolta dos Malês e participado do levante. Para tanto, a turma

receberá do professor perguntas norteadoras para a elaboração do perfil deste personagem, e deverão mobilizar as informações do conjunto de documentos para a formulação de suas histórias. Esse momento de preparação do enredo deve ser breve, permitindo que os alunos improvisem parte da história no momento da contação.

O terceiro momento da aula consiste na contação da história criada pelos grupos. Separe 30 minutos da aula para isso. Os estudantes devem se colocar lado a lado, em uma linha horizontal. O primeiro componente do grupo começará a contar a história até determinado ponto, quando a vez é conduzida para o próximo colega da fila. Esse membro do grupo deverá continuar a história exatamente de onde ela foi interrompida. O aluno segue a história. Novamente, quando ele parar de narrar, a contação é conduzida para o colega ao lado, que deve partir de onde a narrativa parou e assim sucessivamente. O grupo sabe, conforme combinou previamente, o caminho geral pelo qual a história deve passar, ou seja, o início, meio e fim do enredo, mas, para fazer a história durar até o último componente do grupo, cada aluno deverá enriquecer, na hora da contação, a narrativa com alguns detalhes improvisados. O papel do docente nesta etapa é muito importante, pois ele deverá ajudar no processo de criação de detalhes improvisados da narrativa, fazendo intervenções com perguntas provocativas para os alunos enquanto eles contam a história, ou ainda, conduzindo a passagem da vez entre os estudantes durante a contação da narrativa. A ideia desse jogo teatral é não só sistematizar o conhecimento histórico, mas também estimular a fruição da espontaneidade e a habilidade de improvisação dos alunos.

II - PLANO DE AULA COMPLETO

Síntese

Esta proposta de atividade tem como objetivo aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre a Revolta dos Malês (1835). Em aulas anteriores, o professor deverá ter trabalhado o contexto da primeira metade do século XIX, particularmente, a dinâmica do tráfico transatlântico de escravizados para as Américas, e explicado que este foi um momento de grande entrada de africanos escravizados no Brasil, mesmo com a sua proibição em 1831, pela Lei Eusébio de Queiroz. Sugerimos que os estudantes já tenham algum conhecimento sobre a diversidade étnica e cultural dos africanos que chegavam ao Brasil, sobre os tipos de atividades realizadas pelos(as) cativos(as) nas áreas rurais e urbanas, sobre o grande número indivíduos escravizados e libertos no Brasil da época, que alimentava o temor da possibilidade de rebeliões, sobretudo no imaginário daqueles que formavam a chamada “boa sociedade” (Mattos, Gonçalves, 1991). Indicamos a leitura e discussão em sala de aula do artigo de João José Reis sobre a [Revolta dos Malês](#) publicado no **Impressões Rebeldes**. A partir do texto é possível sensibilizar o olhar dos estudantes para as relações entre as características culturais, religiosas e linguística dos homens e mulheres envolvidos (as) na Revolta dos Malês com as dos seus locais de origem na África (origem iorubá), bem como sobre o processo de construção de novas identidades no contexto da sociedade escravista do Brasil Império, neste caso a identidade nagô na Bahia. É interessante trabalhar o texto em conjunto com a apresentação de mapas do continente africano na época e na atualidade, a partir dos quais os

estudantes visualizem espacialmente os locais mencionados pelo autor no texto, como o reino Oió (reunimos algumas sugestões de mapas no **Material 3**). Também é oportuno apresentar um mapa representando as rotas do tráfico transatlântico indicando os portos de embarque na África e desembarque no Brasil. Para isso sugerimos os mapas disponíveis na base [Slave Voyages](#).

➤ **Primeiro Momento da aula: análise de documentos (em torno de 45 min)**

Considerando que os aspectos gerais da Revolta dos Malês já tenham sido trabalhados em sala de aula, fazendo-se referência ao contexto mais amplo das insurreições promovidas por escravizados e libertos no período regencial, como a de Carrancas (Minas Gerais, 1831) e a de Manuel do Congo (Rio de Janeiro, 1838), convidamos os estudantes para um exercício visando aprofundar o seu conhecimento sobre a insurreição de 1835 na cidade de Salvador, Bahia.

Sugerimos iniciar a aula com o texto de cordel sobre Luíza Mahin, a partir do qual será possível ao professor introduzir a questão da construção do mito desta personagem no imaginário social, como símbolo da luta e resistência negra. Distribua o texto e realize uma leitura oral e coletiva.

"No século 19
Luísa Mahin nasceu
Com origem africana
Sua história aconteceu
E com incessante gana
Seu nome prevaleceu.

Vinda da Costa da Mina
Afirmava ser princesa
Mas vendida como escrava
Teve na luta a certeza
Depois de alforriada
Demonstrou sua proeza.

Viveu como quituteira
E morou em Salvador
Usou com inteligência
Seus talentos de sabor
Pois usava o tabuleiro
De mensagens portador.

Nos quitutes que vendia
Ela neles enrolava

As mensagens escondidas
Que em árabe espalhava
Ajudando nos motins
Que também organizava.

Muitas das rebeliões
Dos escravos da Bahia
Tinham a participação
Que Luísa oferecia
Sua contribuição
Era de grande valia.

A revolta dos Malês
Ocorreu em Salvador
Foi a mobilização
Com origem dos Nagôs
Os escravos muçulmanos
Ajuntados com fervor.

Se fosse vitoriosa
A revolta organizada
Luísa Mahin seria
De Rainha coroada
No Estado da Bahia
Ela seria aclamada.

Mas Luísa se envolveu
Na revolta da Sabinada
Muito foi auxiliar
Com a mensagem repassada
Pela sua inteligência
Ela deve ser lembrada.

(Jarid Arraes. “Luísa Mahin” em *Heroínas Brasileiras*: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2017. p. 87-88)

De modo a valorizar o conhecimento prévio dos estudantes pergunte se já ouviram falar sobre Luíza Mahin. A partir de suas falas e de trechos do cordel comente um pouco sobre as representações desta personagem tanto na literatura como na historiografia. Informe que entre os historiadores a existência de Luiza Mahin é controversa. Na obra *Rebeliões da Senzala* (1959), o autor Clóvis Moura afirma que Luiza teria participado da Revolta dos Malês. João José Reis, por sua vez, no livro *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* (1986), descarta essa ideia devido a inexistência de registro documental sobre uma mulher chamada Luiza na lista dos presos envolvidos no levante. Segundo Reis, Luiza Mahin é uma

mistura de ficção, realidade possível e mito literário. A única referência documental que se têm de Luiza é uma carta autobiográfica do seu filho - o poeta, advogado e abolicionista Luiz Gama - de 1880, e os versos do seu poema *Minha mãe*, de 1861. Se considerar pertinente apresente aos estudantes um trecho desta carta:

“[...] Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio — era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela”. [Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. In: Aline Najara da Silva Gonçalves. Luiza Mahin: da carta autobiográfica de Luiz Gama ao romance histórico de Pedro Calmon. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol X, ano 5, n 2, dezembro de 2010. p. 65]

Comente que as representações construídas sobre Luiza Mahin nos campos da literatura e da História partem das informações desta carta, a qual deve ser analisada levando-se em consideração sua natureza autobiográfica e que foi escrita sob encomenda para ser publicada. Diante da ausência de outras fontes documentais que comprovem a existência de Luiza Mahin, alguns estudiosos consideram a possibilidade de ter sido ela uma criação literária do próprio Luís Gama. Apresente aos estudantes a seguinte reflexão: seja uma personagem real ou fictícia, o que devemos considerar é a importância de Luiza Mahin na memória histórica dos afro-brasileiros como uma figura representativa da luta contra a escravidão. A descrição feita por Luiz Gama de Luiza como uma negra africana da Costa da Mina (Nagô de Nação), quitandeira, que se recusou ao batismo e foi presa sob suspeita de envolvimento em planos de insurreições escravas, nos permite relacioná-la a trajetória de muitas mulheres negras, escravizadas e libertas, que no contexto do século XIX viviam ao ganho e lutavam cotidianamente contra a escravidão envolvendo-se em levantes. (Gonçalves, 2010). Deste modo, Luiza Mahin apresenta-se como um símbolo da resistência negra, um mito para a população afrodescendente, cuja história traz para o centro da cena a atuação de

mulheres negras na luta pela conquista da liberdade, inspirando meninas e mulheres negras na atualidade no combate ao racismo estrutural na sociedade brasileira.

Apresente as imagens a seguir aos estudantes:



[Mercado a céu aberto na Bahia.](#) (Fonte: León Pallière/BN Digital)



[Loja de barbeiros 1821](#) (Fonte: Jean Baptiste Debret/ In Debret e o Brasil: obra completa, 2009)

A partir da análise das fontes iconográficas “Mercado a céu aberto na Bahia” e “Loja de barbeiros”, assim como de algumas passagens do cordel faça uma discussão relembrando com os estudantes o contexto de Salvador na época da revolta, e os tipos de atividades exercidas por africanos (as) escravizados (as) e libertos (as) no cotidiano da cidade, tais como: os ofícios de barbeiros, sapateiros, ferreiros, etc., a venda ambulante (negros e negras “ao ganho”) as quituteiras, dentre outras.

Em seguida, o professor deverá dividir a turma em grupos e distribuir um **conjunto de documentos (Material 1)** para cada um deles. Dentre os documentos que compõem o **Material 1**, o professor pode selecionar aqueles que considerar mais pertinentes. Pode, ainda, distribuir documentos diferentes para cada grupo. Solicite que leiam as passagens documentais e que anotem as principais informações contidas em cada uma delas. Para organizar essa parte do trabalho, sugerimos que essas anotações sejam feitas pelos grupos em uma **folha (Material 2)** previamente distribuída pelo professor.

➤ **Segundo Momento da aula: formulação da história (de 10 a 15 minutos)**

Neste momento da aula cada grupo deverá criar uma história verossímil de um personagem que poderia ter vivido naquele contexto histórico e participado do levante. Para tanto, o professor apresentará à turma perguntas norteadoras. Os estudantes também deverão mobilizar as informações contidas no conjunto de documentos para a formulação de suas histórias. Esse momento de preparação do enredo deve ser breve, permitindo que os alunos improvisem parte da história no momento da contação. Separe de 10 a 15 minutos para essa atividade.

Perguntas-norteadoras:

- Qual é o nome do personagem?
- Em qual região da África o personagem nasceu?
- Como o personagem veio parar no Brasil?
- Como era a vida do personagem em Salvador? Era um(a) escravizado(a) ou um(a) liberto(a)? Onde vivia? Trabalhava em qual atividade? Tinha família? Praticava alguma religião?
- Como o personagem soube do levante?
- Qual foi o envolvimento do personagem no levante? Foi um(a) líder? Ajudou a divulgar o movimento? Foi um(a) delator(a)?
- Como foi o dia do levante?
- Como ficou sua vida após o levante? O personagem morreu durante o conflito? Se sim, como? Foi preso? Sofreu castigos físicos? Foi deportado?

➤ Terceiro Momento da aula: contação da história (30 minutos)

Nessa etapa, cada grupo deverá contar para a turma a história criada. A contação deverá ocorrer da seguinte maneira: os estudantes se colocam lado a lado, em uma linha horizontal. O primeiro componente do grupo começa a contar a história até determinado ponto, quando a vez é conduzida para o próximo colega da fila. Esse membro do grupo deverá continuar a história exatamente de onde ela foi interrompida. O aluno segue a história. Novamente, quando ele parar de narrar, a contação é conduzida para o colega ao lado, que deve partir de onde a narrativa parou e assim sucessivamente. O grupo sabe, conforme combinou previamente, o caminho geral pelo qual a história deve passar, ou seja, o início, meio e fim do enredo, mas, para fazer a história durar até o último componente do grupo, cada aluno deverá enriquecer, na hora da contação, a narrativa com alguns detalhes improvisados. É importante que cada componente do grupo fique atento na improvisação para não cometer incoerências na hora de continuar a história. Por exemplo, se um aluno diz que o personagem vestia farrapos, quem continuar a história não pode dizer que o personagem trajava roupas luxuosas.

O professor pode ajudar no processo de criação de detalhes improvisados da narrativa, fazendo perguntas provocativas para os alunos enquanto eles contam história. Essas perguntas são importantes, pois, geralmente, os alunos tendem a se restringir aos fatos do enredo, o que faz com que a narrativa acabe muito rápido. Ao fazer perguntas provocativas, como “que roupa o personagem usava?”, “do que ele se alimentava?”, “ele tinha filhos ou era casado?”, o professor estimula a imaginação histórica dos alunos, além de dar insumos para que eles desenvolvam a capacidade de improvisação.

Outra possibilidade, mais desafiadora para a turma, é que o professor conduza a passagem da vez durante a contação da narrativa. Nessa situação, em vez de cada aluno decidir em que ponto quer parar a contação e passar a vez para o colega, o professor quem decide quando a vez de cada estudante acabará. Isso tira os alunos da zona de conforto e evita que o grupo combine previamente quem será o responsável por cada parte da história.

Lembre-se, a ideia desse jogo é não só sistematizar o conhecimento histórico, mas também estimular a fruição da espontaneidade e a habilidade de improvisação dos alunos.

Assim, é importante deixá-los vivenciar certo “desconforto” na hora da contação. Alguns alunos podem se incomodar, inicialmente, com a condução do professor. Geralmente, os estudantes querem “se livrar logo” da sua vez de contar a história. Mas, uma vez que os alunos entendem a lógica do jogo e se permitem vivenciar a brincadeira, a atividade fica mais divertida e interessante.

Ao final de cada contação é interessante que o professor introduza perguntas e provocações para a turma: O grupo articulou todos os elementos solicitados na narrativa? Quais personagens podemos identificar na trama? O enredo possui um início, meio e fim? A história é coerente e verossímil com as informações que estudamos em sala de aula? Também poderá se dirigir ao grupo perguntando: Vocês conseguiram comunicar a ideia inicial formulada pelo grupo? Que caminhos a história foi tomando enquanto vocês a improvisavam? (Sarmiento, 2024, p. 60) A avaliação nesta atividade constitui uma prática reflexiva do docente com os educandos de interrogação sobre o que foi realizado. Este tipo de avaliação reposiciona o educando no processo ensino-aprendizagem, uma vez que ele passa a ser avaliado não *pelo* professor, mas *com* o professor.

III - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABI-RAMIA, Jeanne. [A Revolta dos Malês](#). Multi-Rio. Publicado em 14 de Dezembro de 2016. Acesso em: 16 de abril 2025.

ARRAES, Jarid. “Luísa Mahin”. *Heroínas Brasileiras*: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2017. p. 87-88

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Cidades Escravistas”. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Dicionário da escravidão e liberdade*: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. [Luiza Mahin entre Ficção e História](#). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador, 23 de novembro de 2010. Acesso em: 18 de junho 2025.

_____. Luiza Mahin: da carta autobiográfica de Luiz Gama ao romance histórico de Pedro Calmon. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol X, ano 5, n 2, dezembro de 2010.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. [Revolta dos Malês: mil Histórias numa só](#). Livro interativo apresentado para o curso História do Brasil Independente I do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. Acesso em: 12 de março 2025.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

REIS, João José. [Os malês segundo Ábd Al-Rahmãn Al-Baghdadi, um imã otomomano no Brasil oitocentista](#). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 43, n. 93, 2023. p. 355-396. Acesso em: 16 de abril 2025.

RODNEI, Pai. [Para relembrar a Revolta dos Malês: a sedição organizada por negros muçulmanos agitou a Bahia na primeira metade do século XIX](#). *Carta Capital*. 14 de agosto de 2018. Acesso em: 16 de abril 2025.

_____. "Revoltas escravas". In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 392-399

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Ed. Revista e Ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. ["Revolta dos Malês"](#). *Impressões Rebeldes*. Publicado em: 25/01/2025.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil Afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SARMENTO, Giovana Vicchione Mariz. *Teatro com História: uma proposta interdisciplinar para o Ensino de História*. Rio de Janeiro, Imperial Editora, 2024.

THOMAZ, Daniel Mandur. [A ditadura dos vencidos: discursos sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro através do Jornal do Commercio, 1835](#). *XIII Encontro Regional de História Anpuh-RJ, Identidades*. 04 a 07 de Agosto de 2008. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica, R.J.

IV - ANEXOS

Material 1: Fontes para a sala de aula (conjuntos documentais)

Composição étnica do levante

A Bahia se tornou o palco de numerosas revoltas escravas na primeira metade do século XIX porque para lá convergiram milhares de yorubás (conhecidos como "nagôs" no Brasil) e haussás, os quais vinham de experiências guerreiras recentes, com destaque para os

conflitos ligados à expansão do Islã em território haussá [...]. A presença muçulmana na Revolta dos Malês foi largamente documentada. O movimento foi liderado por mestres muçulmanos, na sua maioria nagôs. O próprio termo "malê" vem do yorubá/nagô Imàlê, significando "muçulmano". A revolta envolveu cerca de 600 homens, o que parece pouco, mas esse número equivale a 24 mil pessoas nos dias de hoje.

REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 [adaptado].

A maioria esmagadora dos envolvidos na Revolta dos Malês, que tomaram as ruas e as vielas de Salvador, era constituída por africanos escravos ou livres. A cidade nesse período, segundo a historiadora Luciana da Cruz Brito, chegou a ser comparada a uma “capital africana” devido à presença cotidiana e marcante de africanos. Fontes indicam que, naquela época, a capital da província da Bahia possuía em torno de 65 mil habitantes, dos quais aproximadamente 40% eram cativos. Por outro lado, a maioria não escrava era composta por africanos e seus descendentes (pardos e mulatos). Considera o historiador João José Reis que, somando “os negros e mestiços escravos e livres, os afrodescendentes representavam 78% da população. Os brancos não passavam de 22%. Entre os escravos, a grande maioria (63%) era nascida na África, chegando a 80% na região dos engenhos de açúcar localizados no Recôncavo”.

ABI-RAMIA, Jeanne. A Revolta dos Malês. **Multirio**, 2016. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11808-revolta-dos-mal%C3%AAs>. Acesso em: 25 ago. 2024 [adaptado].

A Revolta dos Malês envolveu cerca de 600 homens, o que parece pouco, mas esse número equivale a 24 mil pessoas nos dias de hoje [...]. As ocupações dos presos por suspeita de participação na revolta de 1835 refletem a variedade de atividades desempenhadas pelos escravos urbanos. Havia entre eles lavradores, remadores, domésticos, pedreiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, armeiros, barbeiros, vendedores ambulantes, carregadores de cadeira, entre outras atividades. A grande maioria dos rebeldes se empregava em ocupações tipicamente urbanas. Foram pouquíssimos os ocupados na lavoura, por exemplo. Um ou outro tinha vindo do Recôncavo para participar do levante em Salvador. Na escravidão urbana os cativos gozavam de maior independência do que na escravidão rural, e isso facilitou muito a organização do movimento de 1835.

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males>. Acesso em 25 ago. 2024 [adaptado].

A identidade étnica e religiosa foi muito importante para deslanchar o movimento. A maioria dos muçulmanos que viviam na Bahia em 1835 era nagô. Vistos enquanto grupo étnico, os nagôs eram na sua maioria não-muçulmanos, e sim devotos dos orixás, embora fizessem incursões no campo muçulmano. Por exemplo, usavam os famosos amuletos malês, considerados de grande poder protetor, e provavelmente recorriam a adivinhos malês, entre outras práticas. Ou seja, naquela fronteira em que as duas religiões se encontravam, os nagôs como um todo, malês e filhos de orixá, também se encontravam. E se encontravam como entidade étnica, como pessoas que falavam a mesma língua, tinham histórias comuns, em muitos casos haviam obedecido aos mesmos reis africanos. Essas convergências facilitaram a mobilização em 1835 para além das colunas muçulmanas.

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males>. Acesso em 25 ago. 2024 [adaptado].

Reivindicações

Infelizmente não sabemos detalhes do que planejavam fazer os rebeldes depois de vitoriosos. Há indícios de que não tinham planos amigáveis para as pessoas nascidas no Brasil, fossem estas brancas, negras ou mestiças. Umas seriam mortas, outras escravizadas pelos vitoriosos malês. Isso refletia as tensões existentes no seio da população escrava entre aqueles nascidos na África e aqueles nascidos no Brasil. Que fique bem claro: os negros nascidos no Brasil, e por isso chamados “crioulos”, não participaram da revolta, que foi feita exclusivamente por africanos. Por isso, se o levante tivesse sido um sucesso, a Bahia malê seria uma nação controlada pelos africanos, tendo à frente os muçulmanos. Talvez a Bahia se transformasse num país islâmico ortodoxo, talvez num país onde as outras religiões predominantes entre os africanos e crioulos (o candomblé e o catolicismo) fossem toleradas. De toda maneira a revolta não foi um levante sem direção, um simples ato de desespero, mas

sim um movimento político, no sentido de que tomar o governo constituía um dos principais objetivos dos rebeldes.

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males>. Acesso em 25 ago. 2024.

O levante

O movimento malê foi idealizado para eclodir na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835, domingo, quando na região do Bonfim, em Salvador, aconteceria uma festa católica celebrando Nossa Senhora da Guia. O planejamento incluía provocar, em diversos pontos da cidade, incêndios simultâneos que distraíssem a atenção das autoridades. Contudo, na véspera do dia 25, informações sobre a trama foram denunciadas por escravas libertas, como Guilhermina Souza, a um juiz de paz.

O presidente da província baiana mobilizou as forças policiais, que encontraram a casa na Ladeira da Praça onde se reuniam os participantes da revolta. Ao invadirem a moradia, os policiais foram surpreendidos com a reação de cerca de 60 guerreiros africanos, portando facas, facões e algumas armas de fogo. Uma pequena batalha aconteceu na ladeira da Praça, e em seguida os rebeldes se dirigiram à Câmara Municipal. Liderados por Manuel Calafate, Aprígio, Pai Inácio, Ahuna, Elesbão Dandaró, Luis Sanim, dentre outros, os revoltosos pretendiam tomar a prisão existente no subsolo da Câmara, onde se encontrava preso um dos líderes malês mais estimados, o idoso Pacifico Licutan.

O ataque à prisão não foi bem sucedido. O grupo foi surpreendido no fogo cruzado entre os carcereiros e a guarda do palácio do governo, localizado na mesma praça. Daí este primeiro grupo de rebeldes saiu pelas ruas de Salvador aos gritos, tentando acordar os escravos da cidade para se unirem a eles. Dirigiram-se à Vitória, onde havia um outro grupo numeroso de malês que eram escravos dos negociantes estrangeiros ali residentes. Após se unirem nas imediações do Campo Grande, os rebeldes atravessaram em frente ao Forte de São Pedro sob fogo cerrado dos soldados, indo dar nas Mercês, de onde retornaram para o centro da cidade. Lá, atacaram um posto policial ao lado do Mosteiro de São Bento, outro na atual Rua Joana Angélica (imediações do Colégio Central), lutaram também no Terreiro de Jesus e outras partes da cidade. Desceram o Pelourinho, seguiram pela Ladeira do Taboão e foram dar na Cidade Baixa.

Em seguida, tentaram andar em direção do Cabrito, onde tinham marcado encontro com escravos dos engenhos de cana-de-açúcar. Mas foram barrados no quartel da cavalaria em

Água de Meninos. Neste local se deu a última batalha do levante, sendo os malês massacrados. Alguns que tentaram fugir a nado terminaram se afogando. Quem sobreviveu, foi a julgamento e acabou condenado ao açoitamento ou morte, a maioria por enforcamento.

ABI-RAMIA, Jeanne. A Revolta dos Malês. **Multirio**, 2016. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11808-revolta-dos-mal%C3%AAs>. Acesso em: 25 ago. 2024 [adaptado].

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males>. Acesso em 25 ago. 2024 [adaptado].

Repressões do Estado e repercussões da revolta

O Tribunal da Relação apreciou inúmeros recursos e confirmou a pena de morte do liberto Jorge da Cruz Barbosa – Ajahi (carregador de cal), e dos escravos Pedro (pertencente ao inglês Joseph Mellors Russell), Gonçalo (de propriedade de Lourenço); e Joaquim (cujo senhor era Pedro Luís Mefre). Os réus foram executados por fuzilamento no Campo da Pólvora. Depois dos novos júris, realizados no Recôncavo, atenuaram-se as penas de morte dos seguintes acusados: Aprígio (Santo Amaro – galés perpétuas); Tomás (Cachoeira – 800 açoites); Carlos (Cachoeira – 800 açoites); Belchior e Gaspar da Silva Cunha (Cachoeira – 600 açoites); Cornélio (Cachoeira – 800 açoites); Lino (Cachoeira – 800 açoites); e Pedro (comarca não identificada – galés perpétuas).

O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DA BAHIA E A REVOLTA DOS MALÊS. Poder Judiciário da Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.tjba.jus.br/portal/o-tribunal-da-relacao-da-bahia-e-a-revolta-dos-males/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Em outras súplicas, o Ministério da Justiça atenuou sanções aos réus idosos, sem poupá-los da expulsão compulsória. Luís Sanin, por exemplo, idoso, já havia participado de revoltas anteriores. Politizado, organizou um fundo com várias finalidades (aquisição de panos, auxílio financeiro a cativos e pagamento de alforrias). Seu proprietário, Pedro Ricardo da Silva, reconheceu-lhe o direito de professar a religião islâmica, e contratou o Advogado Felipe Carlos Bahiense. Após novo júri em Cachoeira, teve a sentença de morte referendada pelo Tribunal da

Relação, mas, mediante recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça, a punição foi transformada em 600 chibatadas, além do uso de ferro no pescoço por dois anos.

A 10 de março, o júri condenou à morte Ajadi Luís Daupele (forro), que se encontrava encarcerado com a mulher grávida, Felicidade, e seus três filhos pequenos (o quarto nasceu na Cadeia), impondo à esposa cinco anos de prisão. No novo julgamento, em Cachoeira, a 28 de julho, transformou-se a pena capital em oito anos de cárcere. Após o pedido de partida para a África, a Regência autorizou, no ano de 1837, a viagem da família, a qual arcou com o pagamento das despesas.

A africana liberta Francisca da Silva, originária de Ketu, em 13 de março de 1835, pediu à Assembleia Provincial autorização para deixar o Brasil, acompanhada de seu esposo José Pedro Autran, de seus filhos Thomé José e Domingos (forros condenados a oito anos de prisão, que aguardavam novos júris), além de agregados. Diante da denegação do pedido, a africana encaminhou o pleito de perdão imperial, quando foi atendida. Francisca é apontada como uma das fundadoras do centenário Terreiro de Candomblé Iya Omi Axé Airá Intilê, atual Casa Branca (em atividade desde 1788, originariamente na Barroquinha e hoje na Av. Vasco da Gama), figurando como sua lalorixá, com o título de Iya Nassô.

O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DA BAHIA E A REVOLTA DOS MALÊS. Poder Judiciário da Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.tjba.jus.br/portal/o-tribunal-da-relacao-da-bahia-e-a-revolta-dos-males/>.

Acesso em: 25 ago. 2024.

Revoltas negras na Bahia não eram exatamente uma novidade, já que existiu quase uma tradição de pequenas revoltas envolvendo escravos urbanos em 1807, 1809, 1826, 1827, 1828 e 1830. No entanto, o que chocou a população branca foi a capacidade de articulação conseguida em 1835, e também o fato do levante ter sido planejado com relativa antecedência e grande argúcia pelos escravos islamizados das etnias nagô e haussá. O fato desses negros possuírem, além de uma religião considerada bastante exótica no período, domínio sobre a leitura, a escrita e o fato de terem planejado cuidadosamente o levante assustou bastante os dirigentes baianos e teve forte repercussão na Corte imperial. Além disso, sobretudo pela violência e articulação, o levante Malê fez lembrar muito a revolta negra ocorrida no Haiti em fins do XVIII, o que aumentou ainda mais os temores dos senhores. O medo e a insegurança se transformaram em uma espécie de paranóia generalizada.

THOMAZ, Daniel Mandur. A ditadura dos vencidos: discursos sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro através do Jornal do Commercio, 1835. **XIII Encontro de História Anpuh Rio**, Rio de Janeiro, 2008 [adaptado].

Viver na Bahia após 1835 tornou-se uma tarefa ainda mais difícil para os africanos, fossem escravos, livres ou libertos. Considerados os responsáveis pela revolta dos malês, ocorrida em Salvador, passaram a ser vistos como inimigos da nação, da civilidade e da segurança. O medo de um grande levante de africanos também chegou a outras províncias. A crença na existência de uma rede política formada por africanos e seus descendentes fez com que libertos e africanos fossem proibidos de desembarcar em solo carioca, e aqueles que lá já viviam, também foram perseguidos. As reuniões de africanos foram motivos de tensão entre estes e a força policial, culminando em invasões em domicílios, proibições de festas e encontros religiosos.

Em 30 de abril de 1835, o deputado Eloi Pessoa, entendendo que os africanos eram os grandes responsáveis pelo levante, apresentou à Assembléia Legislativa da Bahia a seguinte proposta: “que o governo provincial expulsasse para fora do Império, com maior brevidade possível, e ainda à custa da fazenda publica, os africanos forros de um e outro sexo, que se fizerem suspeitos de promover a insurreição de escravos”. Com isso, estava pronta a fórmula que seria o suposto remédio para os males causados pelos africanos, que seria a seguinte combinação: repressão ao tráfico de escravos associada à deportação dos libertos.

CRUZ BRITO, L. da. A legalidade como estratégia: africanos que questionaram a repressão das leis baianas na primeira metade do século XIX. **História Social**, [S. l.], v. 13, n. 16, p. 15–28, 2011. DOI: 10.53000/hs.v13i16.231. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/231>. Acesso em: 25 ago. 2024 [adaptado].

No mês de maio de 1835, a Assembleia Provincial Legislativa da Bahia aprovaria a lei n. 9, que estabelecia a deportação dos africanos e africanas suspeitos, ou até mesmo não suspeitos, de participação no levante. O destino de deportação seria "qualquer ponto da Costa Africana", em geral a região do golfo do Benim. As pessoas castigadas com a pena de deportação não aceitaram pacificamente a punição. A população africana liberta recorreu à Justiça alegando sua inocência. Mesmo quando aceitaram a penalidade, pediram que fossem deportados depois que vendessem seus bens e organizassem os familiares, agregados e escravos que os acompanhariam na partida para a África. O historiador João José Reis mostra

como a pena de deportação não atingiu apenas aqueles que participaram diretamente do levante, ou somente os que eram praticantes do Islã. Segundo ele, menos de 5 mil pessoas compunham a população africana liberta da cidade de Salvador em 1835, e 20% delas deixaram o Brasil como resultado dessa lei. De acordo com Pierre Verger, os anos 1835 e 1836 foram aqueles em que a maior quantidade de africanos partiu da Bahia em direção à África. Para o analista, foi nessa volta à África que os retornados criaram um Pequeno Brasil, da mesma forma que haviam trazido seus costumes para o Império brasileiro quando aqui chegaram como escravizados.

BRITO, Luciana. Retornados africanos. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.)

Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

[adaptado].

Material 2: Folha

Documentos	Principais informações
Composição étnica do levante	
Reivindicações	
O levante	
Repressões do Estado e repercussões da revolta	

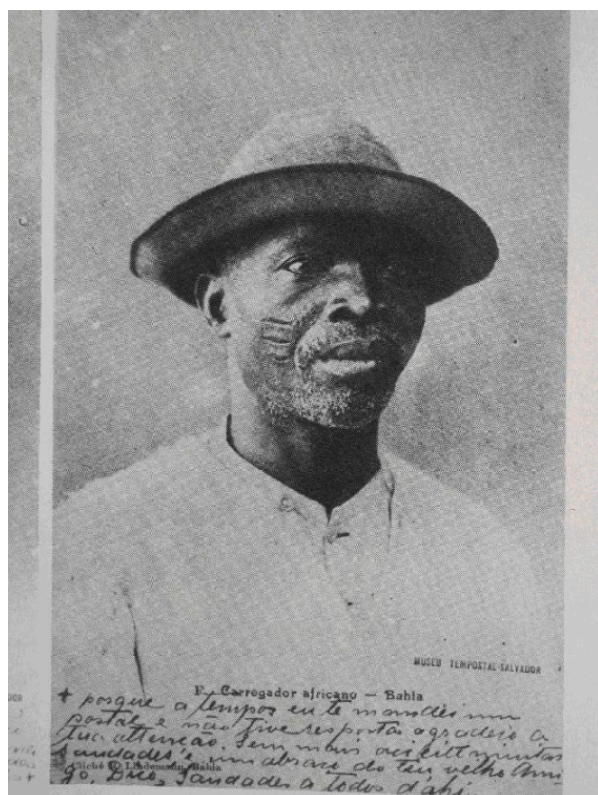
MATERIAL 3 - Imagens e mapas

Imagens

Africanos nagôs



População da Costa da Mina, de etnia nagô
(Fonte: Augusto Stahl/Brasiliiana Fotográfica/BN).



Africano Nagô, que pode ser identificado pelas marcas étnicas no rosto. Acesso em: 25 ago. 2024.

Ladeira da Praça, onde se reuniam os organizadores do levante



Disponível em: <https://historiasdopovonegro.wordpress.com/determinacao/resistencia-male/>. Acesso em 25 ago. 2024.

Influência muçulmana



Amuleto (Fonte: João José Reis, 180 anos da Revolta dos Malês. Disponível em: <https://www.resistencia.cc/joao-reis-180-anos-da-revolta-dos-males/> Acesso em 25 de ago 2024)

Presença de escravizados e libertos na Bahia



[Mercado a céu aberto na Bahia](#). (Fonte: León Pallière/BN Digital)

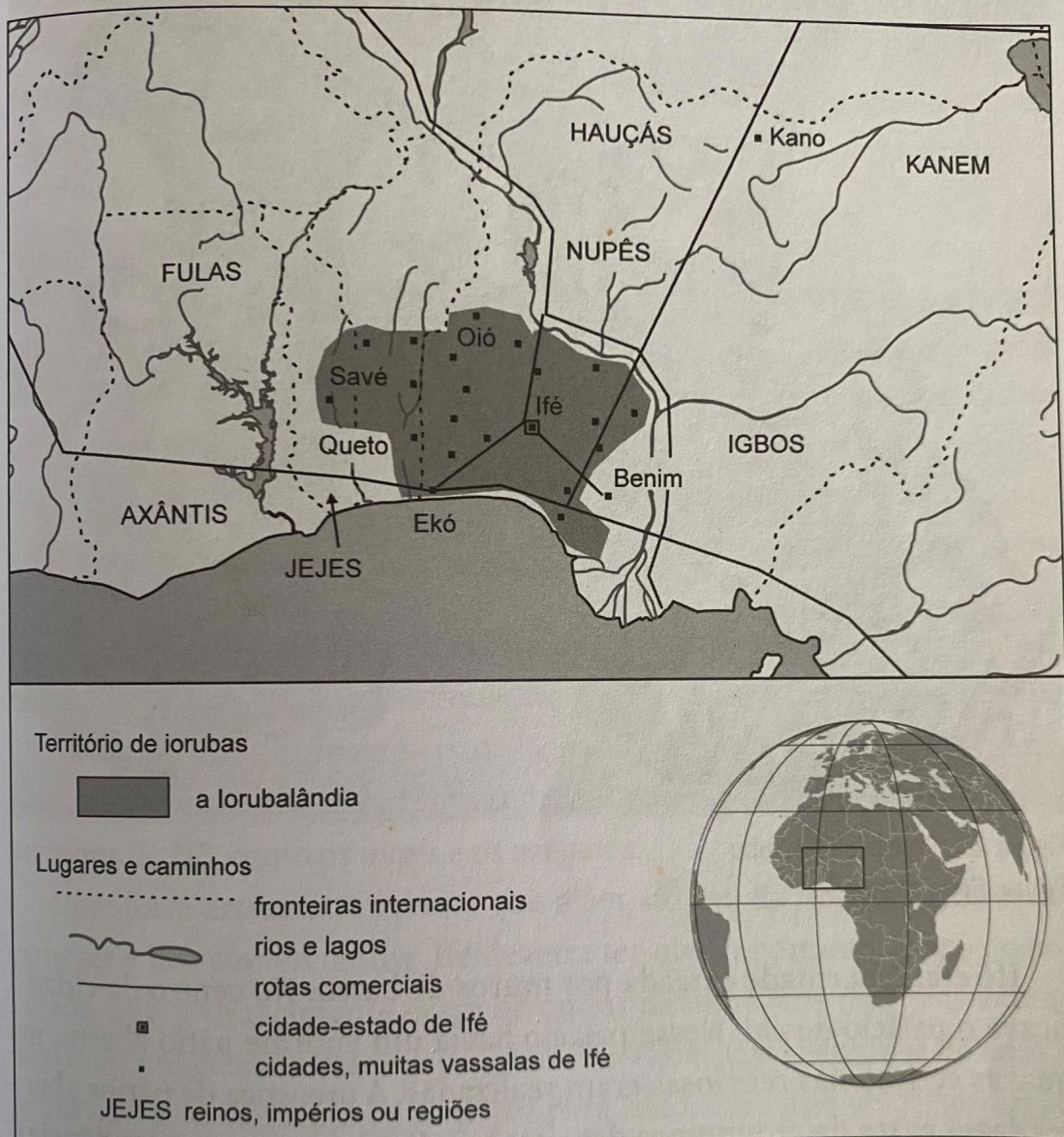


[Loja de barbeiros 1821](#) (Fonte: Jean Baptiste Debret/ In Debret e o Brasil: obra completa, 2009)

Mapas

Mapa 1:

Mapa 2.4: Localização de Ifé na "Iorubalândia"



Iorubalândia é a região onde existiram as cidades-estado iorubas. Fonte: Gaba (2016).

Retirado de: Ynaê Lopes dos Santos. *História da África e do Brasil Afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 87.

Mapa 2:



África - Político



Fonte: ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. ArcGIS Data and Maps. Redlands: ESRI, 2021.

Retirado de:

<https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/mapas/pdf/continentes-e-regioes-do-mundo-africa-politico-p-51.pdf>

Mapa 3:



Retirado de *História: democracia e protagonismo: volume único*. Cristiano Campos, Lier Pires Ferreira, Renata Silva (Coordenação). Editora do Brasil, 2024. 162

Mapa 4: cidade de Salvador na época da Revolta dos Malês

O Centro de Salvador



Fonte: Planta da Cidade de São Salvador, Bahia, organizado pelo engenheiro Adolfo Morales de Los Rios e aprovada em 30.3.1894.

Locais mencionados no texto

- | | | |
|-------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 1. Baixa dos Sapateiros | 10. Rua de São Francisco | 19. Barroquinha |
| 2. Ladeira do Taboão | 11. Praça do Palácio | 20. Quartel da Palma |
| 3. Pelourinho | 12. Ladeira da Praça | 21. Rua da Mangueira |
| 4. Rua da Laranjeira | 13. Largo do Guadalupe | 22. Largo da Lapa |
| 5. Terreiro de Jesus | 14. Rua da Ajuda | 23. Ladeira da Preguiça |
| 6. Cruzeiro | 15. Conceição da Praia | 24. Ladeira da Gameleira |
| 7. Igreja da Sé | 16. Pão-de-Ló | 25. Convento de São Bento |
| 8. Rua do Colégio | 17. Rua dos Capitães | 26. Campo da Pólvora |
| 9. Rua da Oração | 18. Teatro São João | |

Disponível

em:

https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/mil_historias_numa_so_males.pdf. Acesso em 25 ago. 2024.